

3

Identidades, Antiamericanismo e Hispanidade

3.1.

Introdução

Segundo Alonso Zaldívar¹⁴², em cada nação, a maior parte de seus membros, especialmente as elites, costuma compartilhar uma série de experiências históricas que moldam suas visões sobre outras nações. O efeito recíproco dessas visões gera uma “lógica das percepções”, que enquadra – às vezes rigidamente – as relações mútuas¹⁴³. As “percepções” são resistentes às mudanças, pois, ainda que ocorra alguma coisa que as negue, nenhum fato em política é por si mesmo definitivo, e sempre podem ser encontrados outros fatos que o relativizem. Isso faz com que, para Zaldívar, a “lógica das percepções” prevaleça até mesmo sobre a lógica dos interesses durante períodos prolongados¹⁴⁴.

Neste capítulo, analisaremos o antiamericanismo e a hispanidade como elementos que justificam a manutenção das relações entre a Espanha de Franco e a Cuba de Castro. O primeiro traduz-se na aversão aos Estados Unidos. Os autores que tratam do antiamericanismo são unânimes ao afirmarem que tal sentimento nasceu – tanto na Espanha quanto em Cuba – após a Guerra Hispano-Americana de 1898, quando a Espanha perde Cuba para os americanos, e esses fazem da ilha um protetorado seu. Esse espírito de negação e de repulsa aos Estados Unidos advindo da guerra de 1898 perpassa a história: ele atravessa o século XX e é reforçado no contexto da Guerra Fria, assumindo uma importância especial no mundo bipolar, como veremos no próximo item.

Já a hispanidade e os elementos que a compõem – raça, religião, língua e cultura comuns –, unidos ao antiamericanismo, acabam por consolidar a estreita

¹⁴² ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, 1996.

¹⁴³ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.32, 1996.

¹⁴⁴ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.32, 1996.

ligação e os laços fraternais entre os dois países, que não se alteram com o advento da Revolução e com a mudança de regime em Cuba. Ao contrário, as raízes comuns fortalecem essa “relação especial” de amizade, de fraternidade e mesmo de admiração. O próprio Castro, em entrevista a uma revista espanhola, afirma que as relações com os espanhóis nunca foram apenas comerciais, mas também subjetivas e afetivas. Ele reforça o argumento quando diz que as raízes espanholas e a influência cultural da Espanha ajudaram o povo cubano a resistir à penetração cultural norte-americana¹⁴⁵. Nas palavras de Franco, fica claro que a Espanha nunca se afastou dos povos que compartilham com ela as mesmas formas de vida e a cultura. Esse posicionamento é uma constante na sua política externa, pois aponta que os Estados europeus têm obrigação com os “povos irmãos” que saíram do seu seio, formando uma autêntica comunidade de povos irmanados pelo sangue, pela cultura, pela religião, além de realidades, de consciência e de presença política no mundo também comuns¹⁴⁶.

Assim, hispanidade e antiamericanismo, agindo concomitantemente, fazem com que a mudança de regime em Cuba seja incapaz de interromper essa relação dos povos hispânicos, parte de uma visão do passado e do futuro.

3.2. O Antiamericanismo

Acabo de assinar um tratado de paz com a Inglaterra. Nele, ficou reconhecida a independência das colônias inglesas, o que é para mim motivo de dor, de preocupações e de receios. (...) Essa república federal nasceu como um pigmeu e necessitou do apoio e da força de Estados poderosos como a Espanha e a França para conseguir sua independência. Chegará um dia, porém, que crescerá e se tornará um gigante, um colosso temível naquelas regiões. Então, esquecerá os benefícios que recebeu das potências e só pensará no seu engrandecimento. Aspirará à conquista desse nosso vasto Império, que não poderemos defender contra uma potência formidável estabelecida no mesmo continente.
Conde de Aranda, 1783¹⁴⁷.

A epígrafe acima demonstra como o antiamericanismo já se esboçava desde o século XVIII. O pronunciamento do Conde de Aranda deixa claro que a

¹⁴⁵ Entrevista de Fidel Castro para a revista *Nuestro Mundo*, de Madri, em 1985. Citado por ROY, J. **Cuba y España: percepciones e relaciones**. Madri: Editorial Playor, 1995. p.60.

¹⁴⁶ PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.50.

¹⁴⁷ SECO, C. **Carlos III y la Ilustración**. Madri: Ministerio de Cultura, 1988. p.119.

Espanha via nos Estados Unidos uma ameaça, um *hegemon* em potencial, perspectiva que se foi delineando e fortalecendo durante o século XIX.

Manuel Ascárate¹⁴⁸, observando as visões espanholas sobre os Estados Unidos sob o ponto de vista histórico, chegou às seguintes conclusões: primeiramente, durante praticamente todo o século XX, as relações da Espanha com tal país foram muito conflituosas, e a maioria dos espanhóis via os Estados Unidos quase como um inimigo. Para sustentar essa idéia, Ascárate recorda que, apesar de a Espanha ter apoiado a independência dos Estados Unidos, ela o fez sobretudo por sua hostilidade contra a Inglaterra e que, durante boa parte do século XIX, a Espanha, como Estado em guerra para a manutenção de suas colônias, encontrou nos Estados Unidos um verdadeiro inimigo que fomentou a independência das nações latino-americanas. A Doutrina Monroe¹⁴⁹, segundo os espanhóis, foi em grande medida uma política dirigida contra a Espanha, e décadas de enfrentamento terminaram desembocando na Guerra de 1898, que permitiu aos Estados Unidos tutelar Cuba e se apoderar das Filipinas, de Porto Rico e de Guam.

Com efeito, o surgimento dos Estados Unidos no cenário internacional colocou um duplo problema para a Espanha: ameaçava a integridade territorial das suas possessões contíguas na América do Norte e estimulava o independentismo nas Américas Central e do Sul. Em 1823, a Espanha já havia cedido aos Estados Unidos mais da metade de seus territórios na América do Norte. Ademais, as colônias americanas da Espanha foram gradativamente se constituindo em nações independentes, com as quais a Espanha guerreava, e a Inglaterra comerciava proveitosamente. Sob o controle espanhol, só restaram Porto Rico e Cuba.

Em relação a Cuba, John Adams, futuro presidente dos Estados Unidos e, nessa época, secretário de Estado, disse ao embaixador americano em Madri:

¹⁴⁸ ASCÁRATE, M. **La Percepción Española de los Estados Unidos**. Madri: Leviatã, 1988.

¹⁴⁹ A Doutrina Monroe (“As Américas para os americanos”), quando foi postulada pelo presidente americano James Monroe, em 1823, combatia a intervenção européia nas Américas. Foi a época em que a maioria dos países desse continente estava se tornando independente. A verdadeira intenção embutida nesse postulado era a América para os americanos do norte. Também serviu para justificar a doutrina do Destino Manifesto, a qual atribuía aos Estados Unidos o direito de se expandir pelo continente. Ficavam assim justificados as anexações e o caráter expansionista norte-americano no século XIX. PAZZINATO, A.; SENISE, M.H.V. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1998. p.209.

Assim como existe a lei da gravitação física, também há uma lei de gravitação política; se uma maçã que se separa da árvore por uma tempestade, não pode deixar de cair ao solo. Cuba, separada forçosamente de sua não-natural conexão com a Espanha e incapaz de se auto-sustentar, só pode gravitar em direção à União Norte-americana¹⁵⁰.

Em 1898, a “Lei de Adams” fez-se sentir não de forma natural, mas, ao contrário, por meio de uma guerra que colocou um ponto final especialmente amargo a um século de conflituosas relações entre Espanha e Estados Unidos. O Congresso norte-americano declarou guerra à Espanha, num momento em que existiam grandes possibilidades de que essa adotasse uma política de concessões e de maior autonomia em relação a Cuba. Inclusive a independência não estava descartada. Porém, aos Estados Unidos, não interessava uma Cuba independente. O embaixador norte-americano em Madri sugeriu um plano para negociar com o governo espanhol. Contudo, tanto o presidente McKinley quanto seus assessores não entendiam a política interna espanhola, nem essa lhes interessava. Sabiam que eram mais fortes e queriam ganhar uma guerra que lhes iria permitir tutelar Cuba e se apoderar de outras colônias espanholas¹⁵¹.

Cabe lembrar que a política de Madri em Cuba caracterizou-se durante decênios pela negativa de qualquer concessão de autonomia, pela manutenção da escravidão e pelas respostas militares a toda dissidência. Tal atitude só começa a se modificar em 1897, quando se fala em autonomia. Porém, já era muito tarde, mesmo porque os revoltosos cubanos haviam recusado a proposta de converter Cuba numa província autônoma da Espanha¹⁵². A emancipação era um sentimento crescente entre os *criollos*¹⁵³.

Os Estados Unidos, por sua vez, haviam comprado o território noroeste do continente americano e pensaram que Cuba poderia ser adquirida do mesmo modo: estava longe da Espanha, e os norte-americanos tentavam conseguir possessões de valor estratégico nas Antilhas. Porém, a Espanha não cedeu a essas pretensões, e a pressão aumentou, enquanto a colônia se desestabilizava cada vez

¹⁵⁰ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d’Afers Internacionals**, n.31, p.33, 1996.

¹⁵¹ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d’Afers Internacionals**, n.31, p.33, 1996.

¹⁵² ROY, J. **La siempre fiel: un siglo de relaciones hispanocubanas (1898-1998)**. Madri: Los Libros de la Catarata/IUDC/UMC, 1999, p.33.

¹⁵³ PARDO DE VERA, A. España-EE.UU: una historia de amor y odio. **Dossier**, 2003. Disponível em: <<http://www.elsiglo-eu.com/dossier%202003/547%20dossier.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2004.

mais sob os movimentos independentistas. Longe de ajudar Cuba a conseguir a paz, os Estados Unidos sub-repticiamente financiavam e equipavam os rebeldes com homens e com munições. Os norte-americanos advertiram a Espanha de que, se não pusesse ordem na ilha, eles o fariam.

Como é possível observar, a chegada de McKinley ao poder, em 1897, havia tornado mais tensas as relações entre os dois países. O presidente norte-americano expressava publicamente ofensas à Espanha, o que aumentou naquele país o sentimento antiamericano. Com o pretexto de proteger as propriedades dos norte-americanos em Cuba, ele enviou o encouraçado Maine, repleto de fuzileiros. Aconteceu, então, a explosão do Maine no porto de Havana, e os Estados Unidos acusaram a Espanha de ser a responsável pelo episódio – o que não era verdade.

Nesse momento, a rebelião alcançou Havana, o que significava que os revoltosos estavam ganhando a guerra. Então, o presidente McKinley, com o pretexto da explosão do Maine, exigiu que a Espanha renunciasse à sua autoridade em Cuba, o que trouxe o rompimento das relações e a guerra. Ao final do conflito, que durou apenas cinco meses, a Espanha teve que aceitar todas as imposições dos Estados Unidos: cessão de Cuba, de Porto Rico, de Guam e das Filipinas; renúncia a reclamações econômicas e compensação única de 20 milhões de dólares¹⁵⁴.

O contexto global favorecia a intervenção norte-americana por uma combinação de três fatores: os interesses econômicos norte-americanos na ilha estariam seriamente ameaçados com a continuação da guerra; a recém-criada ideologia de “segurança nacional” exigia o controle do mar do Caribe; e o fato de que, dados os interesses geopolíticos de expansão por parte dos norte-americanos, Cuba deveria ser anexada aos Estados Unidos. Esse sentimento foi explorado pela

¹⁵⁴ PARDO DE VERA, A. España-EE.UU: una historia de amor y odio. **Dossier**, 2003. Disponível em: <<http://www.elsiglo-eu.com/dossier%202003/547%20dossier.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2004.

imprensa sensacionalista norte-americana¹⁵⁵ e por setores da opinião pública, que pressionaram o presidente McKinley para que interviesse diretamente¹⁵⁶.

Foi dito que McKinley não queria a guerra, mas desejava os resultados que só a guerra poderia oferecer: proteger as propriedades norte-americanas, restaurar a confiança dos empresários e deter o processo revolucionário cubano antes que fosse demasiado tarde. Temia também que a advertência de José Martí¹⁵⁷ – “Uma vez que os Estados Unidos se estabeleçam em Cuba, quem conseguirá retirá-los?” – fosse tomada a sério¹⁵⁸. Desejava ainda resolver o problema cubano para estar em melhores condições de atender à crise que atravessava a “política de portas abertas” na China, pois disso poderia se ressentir no comércio norte-americano no Extremo Oriente e nada melhor para defender esses interesses do que dispor de bases militares nas Filipinas, onde também havia uma sublevação contra a Espanha. O presidente ainda queria proteger o Partido Republicano contra as críticas de covardia na defesa dos interesses nacionais, dirigidas pelo Partido Democrata¹⁵⁹.

Em suma, podemos dizer que o panorama dos conflitos Espanha / Estados Unidos durante o século XIX foi mais do que claro. Se a isso somarmos o fato notório de que as classes dirigentes espanholas da época situavam-se ideologicamente no extremo oposto do modelo político e religioso que representavam os Estados Unidos – república, democracia, tolerância –, é fácil concluir que as forças conservadoras espanholas foram inimigas dos Estados Unidos e que, sem dúvida, sua atitude marcou a cultura dominante, ou seja, as visões da grande maioria dos espanhóis¹⁶⁰.

¹⁵⁵ Era um momento em que os grandes periódicos de Hearst e de Pulitzer competiam abertamente pelo mercado de massas, reduzindo drasticamente o preço dos jornais. O recurso mais rentável era abarrotar as primeiras páginas de notícias sensacionalistas, o que a rebelião em Cuba oferecia em abundância. Assim, com a explosão do Maine, a imprensa americana se lança abertamente a promover esta guerra. ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.33, 1996.

¹⁵⁶ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.33, 1996.

¹⁵⁷ Um dos mais respeitados heróis de Cuba, tomou parte na guerra de independência, falecendo antes do fim desse acontecimento.

¹⁵⁸ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.34, 1996.

¹⁵⁹ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.34, 1996.

¹⁶⁰ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.33, 1996.

A segunda conclusão a que chegou Ascárate¹⁶¹ foi relacionada a algo que matiza a idéia anterior. O autor afirma que uma minoria de espanhóis não compartilhou a visão negativa dominante, pois julgava atrativos os regimes político e jurídico norte-americanos, considerados muito mais importantes que o conflito colonial. Esses eram os setores liberais, democráticos, republicanos e progressistas da sociedade espanhola do século XIX, incluindo a Liga Abolicionista – que nasceu durante a Guerra de Secessão norte-americana e que objetivava a abolição da escravatura nas colônias espanholas – e o Instituto de Ensino Livre, que lutava pela renovação moral e intelectual do país. Essas eram as “minorias esclarecidas”, que admiravam a valorização da opinião pública dos Estados Unidos – em nenhum outro lugar tão poderosa –, o sistema de ensino e o papel da mulher na sociedade¹⁶².

A terceira conclusão de Ascárate é a de que os primeiros trinta anos do século XX foram uma época de distanciamento mútuo entre Espanha e Estados Unidos. Porém, esse país havia-se tornado uma potência mundial, e a Espanha não pôde evitar a sua influência. O fato é que, após a guerra de 1898, a reação espanhola não se caracteriza apenas pelo ódio ao inimigo vitorioso, mas por uma autocrítica sobre o “problema da Espanha”. As manifestações dessa atitude foram diversas, mas tanto o regeneracionismo como a corrente cultural que representa a “Geração de 1898” e o “europeísmo” coincidem em “esquecer” a guerra contra os Estados Unidos¹⁶³.

Para Alonso Zaldívar, esse esquecimento só era possível a partir de uma atitude de absoluto isolamento. Quando a Espanha olha para a América Latina – bem como para o Oriente e a Europa –, encontra-se com os Estados Unidos. A guerra de 1898 significou também a transformação desse país numa grande potência mundial. No Caribe e na América Central, a nova potência prosseguia,

¹⁶¹ ASCÁRATE, M. *La Percepción Española de los Estados Unidos*. Madri: Leviatã, 1988.

¹⁶² ASCÁRATE, M. *La Percepción Española de los Estados Unidos*. Madri: Leviatã, 1988.

¹⁶³ A chamada geração de 1898 estava dividida entre os integristas e regeneracionistas. Estes últimos, inconformados e traumatizados com os acontecimentos daquele ano, condenavam a condução do governo colonial - e a monarquia em particular - como responsáveis pela guerra e a perda das colônias. Num primeiro momento, o regeneracionismo desenvolve um complexo de inferioridade frente aos Estados Unidos, um pessimismo quanto ao futuro e crê que a solução está em se voltar para a Europa. Num segundo momento, passam a desejar a volta das glórias do antigo império de Castela do século XVI e da Cruzada, tinham o antiamericanismo como parte importante de sua doutrina, e, portanto, propugnavam um relacionamento estreito com os países da Hispano-América. Franco era um dos expoentes desse grupo. LOZOYA, M. **História de Espanha, tomo VI**. Barcelona: Salvat Editores, 1967.p.308.

com Theodore Roosevelt, a política intervencionista já antecipada em Cuba¹⁶⁴. Uma consequência importante dessa política para a Espanha foi a de que, ante a ingerência dos Estados Unidos, começam a aparecer na Hispano-América sentimentos de reconciliação e de solidariedade com a antiga metrópole¹⁶⁵.

No século XX, a Espanha voltou-se sobretudo para a Europa, que atravessava um dos seus grandes momentos culturais, mas que, ao mesmo tempo, caminhava em direção à guerra e à perda de sua importância no cenário mundial. A Europa, depois da Primeira Guerra Mundial, viveu um momento de profunda amargura e de pessimismo – com milhões de mortos e de problemas a resolver –, e apresentava uma face envelhecida, o que contrastava com a juventude dos Estados Unidos. Com os soldados americanos que foram lutar na Europa, entraram na política e na cultura europeia o interesse e a admiração por tal povo e por seu país. Produziu-se, então, um encontro fundamental entre os Estados Unidos e as velhas nações da Europa, que iria se repetir com a Segunda Guerra Mundial. Os norte-americanos converteram-se em libertadores do fascismo e em generosos doadores do Plano Marshall¹⁶⁶.

Depois de um século de declarada inimizade seguido de outro terço de século marcado pelo esquecimento, a visão espanhola dos Estados Unidos se matiza e se torna mais complexa. Pode-se dizer que a minoria filoamericana do século XIX cresceu em número e em influência, como consequência tanto do progresso material e cultural dos Estados Unidos, quanto do seu papel em favor da democracia na Europa. Porém, surgiram também críticas “europeizantes” ao modo de vida e à cultura americana. Embora o antigo conflito de interesses entre Espanha e Estados Unidos se tivesse diluído, a ação exterior americana na América Latina continuava alimentando um choque de sensibilidade. Os espanhóis percebiam que os Estados Unidos comportavam-se na América Latina com menosprezo ao direito internacional e com base em uma política de força.

¹⁶⁴ Confirmando os princípios da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, em 1904 o presidente americano lançou o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, conhecido como o Big Stick (nas palavras do próprio Roosevelt, “Fale macio e use um porrete”). Essa política justificava a intervenção armada dos Estados Unidos em países da América para “preservar a democracia” e “restabelecer a ordem” no continente. PAZZINATO, A.; SENISE, M.H.V. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1998. p.209.

¹⁶⁵ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.35, 1996.

¹⁶⁶ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.35, 1996.

Em relação a tal aspecto, as raízes estão no século XIX – expansão norte-americana sobre o México, guerra de 1898 –, nas intervenções militares na América Central e no Caribe durante a primeira metade do século XX, nas atividades da CIA a partir dos anos cinquenta: contra Arbenz na Guatemala, contra Castro em Cuba, contra Allende no Chile, contra os sandinistas na Nicarágua. Devem-se levar em conta não só os vínculos culturais, mas também familiares que existem entre hispano-americanos e espanhóis e pela presença deles em tais países, como será melhor explicitado por Joaquín Roy posteriormente¹⁶⁷.

A visão que os Estados Unidos têm da Espanha, à qual nos referimos anteriormente como um tema importante para se compreender também o antiamericanismo espanhol, é preconceituosa e equivocada, ao contrário da existente em relação a muitos países europeus. Isso se deve, em grande parte, à ausência de uma corrente migratória significativa de espanhóis para os Estados Unidos. Durante a segunda metade do século XIX e o início do XX, grandes correntes migratórias europeias – italianos, irlandeses, gregos e outros – dirigiram-se aos Estados Unidos, criando em tal país comunidades numerosas e influentes. Não existe, porém, uma comunidade espanhola equivalente às anteriores. Essa se dirigiu para a “América ao sul do Rio Grande”. O que existe é uma importantíssima “minoría hispánica”, originária do México, da Cuba pós-revolucionária e de outros países hispano-americanos¹⁶⁸. Ademais, a relação entre a Espanha e essa minoria hispânica não é nem pode ser equivalente à que existe, por exemplo, entre a Itália e os ítalo-americanos, e a maioria dos norte-americanos não diferencia muito claramente o espanhol (*spanish*) do hispânico (*hispanic*). Logo, a visão norte-americana da Espanha – bastante distorcida – está fortemente associada à da América Latina¹⁶⁹. Segundo Alonso Zaldívar, essa imagem se formou em torno de episódios históricos, a saber: o descobrimento da América, a Guerra Hispano-Americana de 1898, a Guerra Civil Espanhola e o franquismo.

¹⁶⁷ ROY, J. **La siempre fiel**: un siglo de relaciones hispanocubanas (1898-1998). Madri: Los Libros de la Catarata/IUDC/UMC, 1999. Capítulos 1 e 2.

¹⁶⁸ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.37, 1996.

¹⁶⁹ ALONSO ZALDÍVAR, C. España y los Estados Unidos. **Anuarios CIDOB d'Afers Internacionals**, n.31, p.37, 1996.

Do Descobrimento, por exemplo, restou a “Lenda Negra”, que falava dos horrores do catolicismo e do colonialismo espanhol¹⁷⁰.

Numa perspectiva geral, a visão norte-americana da Espanha foi formulada numa perspectiva política, em torno dos princípios de “ganhador e perdedor”, conceitos sobre os quais está organizada a sociedade norte-americana. Nessa lógica, a Espanha foi vista como um país perdedor não só porque perdeu Cuba, mas também todas as suas possessões na América do Norte para os Estados Unidos. Franco havia sido amigo de Hitler e de Mussolini e, após a derrota do Eixo, ficou isolado e se converteu em um pária na Europa Aliada.

A Guerra Civil foi um dos elementos que mais influenciou a imagem da Espanha nos Estados Unidos. Ela encarnou o conflito político-moral de ideologias, que era o tema central não só na Europa, mas em grande parte do mundo no entreguerras. Terminada a guerra, a Espanha foi, durante duas gerações, “pouco mais que uma recordação para um mundo que tão profundamente havia comovido”¹⁷¹. Nos Estados Unidos, aqueles que direta ou indiretamente se sentiram participantes da Guerra Civil conservaram uma recordação amarga, porém esperançosa de uma virada democrática. Porém, esses foram a minoria, que, segundo Flora Lewis, “passaram maus momentos na época da caça às bruxas comunistas do senador MacCarthy”¹⁷². A maioria dos norte-americanos na década de 1930 era partidária da não-intervenção nas guerras européias e via a Espanha como um país violento e ingovernável.

Em suma, a “lógica das percepções” enquadra as relações entre dois países e pode inclusive prevalecer sobre a própria lógica dos interesses em certos

¹⁷⁰ Esta lenda foi criada num clima de rivalidades políticas e de lutas religiosas no século XVI e diz que a Espanha é um país essencialmente intolerante e fanático, cruel e violento, que tende à tirania e economicamente à preguiça. Fez nascer o mito de que a colonização espanhola foi mais cruel que outras. ROY, J. **Cuba y España: percepciones y relaciones**. Madri: Editorial Playor, 1995. p.54. No século XIX, a Lenda Negra é revivida como instrumento de descrédito do espanhol, com o fim de justificar a doutrina do Destino Manifesto. A Guerra de 1898 reafirma tal ponto, pois foi nessa época que se reeditou em Nova York a obra de Frei Bartolomé de las Casas, “Brevisima Relación de la Destrucción de las Indias”. Tal livro relata detalhadamente a crueldade da conquista espanhola na América e pede a interferência do papa. Causou uma enorme polêmica na Europa do século XVI. Citado por ALONSO ZALDÍVAR, C. *España y los Estados Unidos*. **Anuarios CIDOB d’Afers Internacionals**, n.31, p.37, 1996.

¹⁷¹ LEWIS, F. **Europe**. Nova York: Simon and Shuster, 1987. p.114.

¹⁷² LEWIS, F. **Europe**. Nova York: Simon and Shuster, 1987. p.114. Instalada a Guerra Fria, multiplicaram-se nos Estados Unidos posturas antiesquerdistas radicais, exemplificadas na figura do senador Joseph MacCarthy, que criou o Comitê de Atividades Antiamericanas e que perseguiu intelectuais, artistas e funcionários públicos, instalando rumorosos processos e promovendo depurações. PAZZINATO, A.; SENISE, M.H.V. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1998. p.289.

momentos. Vimos que, nos encontros históricos entre Espanha e Estados Unidos, prevaleceram os conflitos. Além disso, a Espanha esteve ausente durante os momentos em que se forjaram os vínculos mais sólidos entre Europa e Estados Unidos: a grande imigração, as duas guerras mundiais, a ajuda americana no pós-guerra. As visões que um governo tinha do outro aparecem como fatores que, abandonados à sua própria dinâmica, tenderiam muito mais a gerar uma lógica de tensões do que de entendimentos¹⁷³.

3.3. A Hispanidade

Para os autores Pereira Castañares e Cervantes Conejo¹⁷⁴, as relações diplomáticas entre a Espanha e a Hispano-América na época contemporânea obedeceram à mesma lógica desde o momento de seu estabelecimento, ou seja, a partir do momento em que as antigas colônias se tornaram independentes, ocupando um lugar prioritário na agenda de política externa de todos os governos espanhóis. São, portanto, para esses autores, objetivos permanentes da política externa espanhola. Essa política, segundo Pereira Castañares e Cervantes Conejo, está baseada na hispanidade, entendida como a cultura comum, a raça, a religião, a Espanha como eixo espiritual do mundo hispânico.

Jerônimo Becker confirma essa questão de identidade no que diz respeito à “raça espanhola”:

O problema das relações hispano-americanas não depende da nossa vontade, é algo positivo que se impõe a ambos, espanhóis e americanos, porque é, para nós, o resultado de nossa ação no Novo Mundo durante mais de três séculos, e, para as atuais sociedades americanas, a consequência de sua origem e a necessidade de se afirmarem e de robustecer os caracteres próprios de sua personalidade no futuro. Isso não significa qualquer aspiração territorial nem política, que não existem, nem podem existir, por parte da Espanha. É algo maior e mais importante que está acima de todos nós: o interesse da raça comum a que pertencemos, essa raça espanhola, que hoje vive oprimida pelo peso de sua própria glória. Aqueles que vêem essas relações exclusivamente sob o âmbito econômico empobrecem a questão, pois, apesar de esse ser um item importante, não é o fundamental. O que

¹⁷³ LEWIS, F. **Europe**. Nova York: Simon and Shuster, 1987. p.114.

¹⁷⁴ PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992.

almejamos é que a cada dia ali se torne mais robusta a tradição espanhola e seu caráter, os traços característicos de nossa raça, para que todos tenhamos uma só raça e uma só pátria¹⁷⁵.

Cuba, após o “desastre de 1898”, tornou-se um protetorado dos Estados Unidos. Foi imposta uma administração militar norte-americana até 1902, quando dirigentes cubanos assumiram o poder. No ano seguinte, as relações com a Espanha se normalizam, mesmo que essas não fossem intensas devido à permanente influência norte-americana conseguida por meio da Emenda Platt¹⁷⁶ (1901), a qual só veio corroborar a política de constantes pressões que os Estados Unidos praticaram sobre Cuba desde o século XIX.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial foi muito importante para a evolução dessas relações. A neutralidade da Espanha trouxe conseqüências benéficas para sua economia e para suas políticas interna e externa. O fortalecimento das relações com a Hispano-América foi um objetivo prioritário do governo, principalmente em matéria econômica, pois a interrupção do comércio da América com os países beligerantes abriu uma brecha para que a Espanha captasse para si esses mercados. Com o término da guerra, foram criadas Câmaras de Comércio e ampliados o efetivo diplomático e o número de representações diplomáticas. Ademais, ocorreu o Primeiro Congresso Nacional do Comércio Espanhol no Ultramar (1920).

O período entre 1923 e 1931 imprime outra ênfase às relações hispano-americanas. Nesse momento, buscou-se adicionar a tal fase de amizade relações mais realistas que trouxessem um saldo comercial mais significativo. Usando a união espiritual com a Hispano-América, a Espanha pretendia assumir o papel de líder e de porta-voz das demandas e dos interesses hispano-americanos, ao mesmo tempo em que representaria tal bloco na Liga das Nações. Essa postura, que foi acompanhada de medidas concretas, chocou-se diretamente com o pan-

¹⁷⁵ BECKER, J. **Historia de las Relaciones Exteriores de España**. Madri: Editorial Solanas, 1960. Citado por PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.35-36.

¹⁷⁶ Ao elaborar sua primeira constituição, Cuba foi obrigada, por pressões americanas, a aceitar a Emenda Platt a qual garantia a intervenção dos Estados Unidos em sua política interna, sempre que os interesses americanos na ilha estivessem ameaçados, e permitia a instalação da base naval de Guantánamo em seu território. Isto abriu caminho para que os trustes americanos recebessem autorização para explorar os recursos da ilha.

americanismo defendido pelos Estados Unidos, que tinha um forte componente econômico, e com a Doutrina Monroe, considerada pelos Estados Unidos como:

Uma política de interesse vital para a segurança nacional e inofensiva para os interesses legítimos da América do Sul e do resto do mundo, além de não colocar qualquer obstáculo à mais ampla cooperação em favor da paz¹⁷⁷.

O novo regime que se instalou na Espanha em 1931, a Segunda República, provocou uma divisão entre os diversos setores da população hispano-americana, especialmente dos imigrantes espanhóis. Alguns mostraram entusiasmo pela queda da Monarquia, a qual consideravam culpada por muitos problemas que afligiam o país, alguns dos quais os havia obrigado a migrar; outros consideravam a República como um meio pelo qual o comunismo se instalaria no país. Oficialmente, alguns países reconheceram imediatamente o novo governo, como México e Uruguai, e outros, como a Colômbia, foram reticentes.

Porém, a República tratou de estreitar mais os laços com a Hispano-América sem distinção do caráter político de seus governos. A Espanha foi, inclusive, o único país europeu a reconhecer o governo de San Martín em Cuba, em 1933¹⁷⁸. Também se interessou em intervir nas resoluções pacíficas de conflitos interamericanos e manteve o utópico objetivo de substituir os Estados Unidos no seu papel de líder na Hispano-América. As atividades culturais adquiriram enorme importância, e foram desenvolvidas políticas migratórias e comerciais.

Todavia, a Espanha teve que enfrentar três situações que condicionaram seus objetivos: as dificuldades e a instabilidade da sua política interna, a difícil conjuntura internacional do entreguerras e o fortalecimento do pan-americanismo dos Estados Unidos.

A partir de 1936, com o início da Guerra Civil, houve uma quebra importante nessas relações no âmbito político-ideológico. Reproduzindo no campo da política externa o que estava acontecendo internamente na Espanha, ou

¹⁷⁷ Palavras proferidas por Hughes, Secretário de Guerra dos Estados Unidos, no Congresso Americano, em 1923. PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.40.

¹⁷⁸ Governo de cunho populista, eleito com enorme apoio popular e que canalizava muitas esperanças, mas que se mostrou tão corrupto e desalentador quanto os que o precederam. Fidel Castro, na época líder estudantil e presidente da FEU (Federação dos Estudantes Universitários), foi um dos que mais se destacaram na campanha eleitoral pró-San Martín, garantindo-lhe milhares de votos.

seja, uma divisão político-militar, essa ruptura começou pelas próprias delegações diplomáticas espanholas na Hispano-América, que, em sua maioria, aderiram aos rebeldes. A partir de 1937, tanto o governo legal quanto o rebelado tentaram criar uma infra-estrutura diplomática para defender seus interesses no exterior, sendo a Hispano-América uma das áreas geográficas mais importantes.

Um segundo momento dessa fase foi o do reconhecimento *de jure* dos governos espanhóis – o legitimamente eleito e o rebelde, ainda em guerra. Foi significativo o fato de que os Estados ibero-americanos fossem os primeiros a reconhecer como legítimo o governo de Franco. Em 1939, ainda antes do fim da guerra, Franco já tinha o apoio de dez desses Estados. Quando a condenação do México ao regime franquista começa a ter maior apoio internacional, a Junta Espanhola de Libertação – órgão máximo do Governo Republicano no Exílio – trouxe a público a sua estratégia para conseguir a restauração da República Espanhola, que começaria com o reconhecimento diplomático do governo no exílio. Apenas México, Guatemala, Panamá e Venezuela aderiram ao projeto. Mesmo assim, com a exceção do México, esses reconhecimentos deveram-se mais a fatores de política interna desses países que a outras razões¹⁷⁹. Outros Estados suspenderam suas relações ou foram aos poucos reconhecendo o regime de Franco. Com o tempo, o governo exilado contaria apenas com o apoio do México, que jamais reconheceu o governo franquista e só restabeleceu relações com a Espanha em 1977.

Nesse contexto de ruptura, cabe ainda citar, por um lado, as tentativas de intermediação no conflito espanhol por parte de Cuba – apoiada pelo Uruguai, pela Argentina e pelo Chile. Embora fracassados, significaram um firme desejo por parte desses governos de impedir uma luta fratricida entre os espanhóis.

No Ministério de Assuntos Exteriores, foi criada a Direção para a América, subdividida em três seções: Estados Unidos, México e América Central e América do Sul. Mais tarde, surgem as Subsecretarias de Assuntos Políticos da América e da Hispano-América. Observa-se, assim, que o franquismo vai ampliando o

¹⁷⁹ Tratava-se da Guatemala de Jacobo Arbenz, governo democrático-reformista, já citado na introdução deste trabalho. Reatou com Franco depois do golpe conservador de 1954. O Panamá, por influência direta dos Estados Unidos, reconhece Franco em 1953. A Venezuela teve um governo populista de curta duração, a Ação Democrática, derrubado em 1948. Reatou com a Espanha em 1951. PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.46-47.

número de instituições que se ocuparão das relações com a América, dando ênfase ao renovado interesse por tal área geográfica. Esse interesse será acompanhado por uma racionalização da ação exterior com vistas à maior eficácia. Franco insiste em falar, num discurso de 1955, de um “regionalismo ultranacional hispânico”¹⁸⁰, e esses objetivos fazem-se mais patentes na gestão de Fernando María Castiella como Ministro do Exterior (1957-1969).

Nesse momento, a política externa espanhola passa a ser marcada por diferentes tendências, como africanismo, iberismo, hispanidade, a visão ocidental e católica da Europa e a idéia da criação de um Império. Desses objetivos, o que mais interessa para os propósitos desta dissertação é a hispanidade. Ainda durante a Guerra Civil, foram elaborados um pensamento e uma ação determinada para o continente americano. A hispanidade, vista da perspectiva franquista, estava integrada por quatro fundamentos: 1) a raça; 2) o Império – no sentido mais amplo de cultura comum, interesses econômicos e poder, com a Espanha como eixo espiritual do mundo hispânico –; 3) a comunidade de interesses econômicos – intercâmbio mercantil e industrial, tratados que favoreçam os respectivos interesses –; 4) o instrumento de combate – espanhóis, católicos e portadores de uma missão religiosa, conquistadores que realizaram os maiores feitos da humanidade ao descobrir novas terras por mares desconhecidos. Em tal perspectiva, a Espanha agora aparecia renascida numa nova “guerra santa” – a Guerra Civil contra o comunismo –, na “nova Reconquista”¹⁸¹. Essa é uma postura messiânica compartilhada por Franco, por outros dirigentes políticos e por um amplo conjunto de pensadores e de ideólogos do regime.

O regime usava a religião como uma das maneiras de se legitimar. Franco, inclusive, dizia-se alçado ao poder por escolha e por graça de Deus¹⁸². Assim, o catolicismo era um ingrediente essencial do franquismo. Franco chamou seu governo de “nacional-catolicismo”, ressaltando que essa era a diferença entre seu regime e os regimes fascistas: a religião. Ele usa tal recurso para conseguir uma nova imagem para o regime, por ocasião da vitória aliada. Em suas palavras, “o

¹⁸⁰ PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.169.

¹⁸¹ Guerra da Reconquista: expulsão dos mouros da Península Ibérica, que teve como consequência o nascimento de dois países: Portugal e Espanha, essa unificada sob o domínio de Castela. A guerra terminou no século XV.

¹⁸² PAYNE, S.G. **Franco's Spain**. Nova York: Thomas Y.Crowell Company, 1967. p.47.

abismo e a maior diferença entre nosso sistema e o nazi-fascismo são a característica de católico desse regime, que hoje preside os destinos da Espanha”¹⁸³. Falava-se, inclusive, no restabelecimento da unidade fundamental do Cristianismo. A rígida ortodoxia da Contra-Reforma deveria ser a coluna vertebral do Novo Estado. O objetivo era restaurar o sentido da nacionalidade, perdido pela influência do protestantismo da Reforma, pelo racionalismo do Iluminismo do século XVIII e pelo liberalismo do XIX, que culminou na República marxista e maçônica. Essa era a visão do Caudilho:

O século XIX, que nós gostaríamos de eliminar da história, é a negação do espírito espanhol. Assim como o Iluminismo é anti-hispânico. Somente a guerra de Independência, de 1808, contra os ateus franceses¹⁸⁴, deve merecer nossa atenção. A tarefa da História é glorificar Castela como o “martelo dos hereges”, que construiu uma unidade nacional baseada na uniformidade religiosa¹⁸⁵.

Tudo isso se combinava à visão que o regime fazia dele mesmo como o herdeiro da tradição imperial; do Império dos Reis Católicos, Fernando e Isabel; do Descobrimento da América e dos soldados de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus. Era a grandiloquente evocação do passado imperial¹⁸⁶.

Segundo Porcel Quero¹⁸⁷, tal discurso tinha também um sentido de Cruzada. Historicamente falando, aí se revela o imaginário sobre o qual Franco construiu suas relações políticas e sociais, na visão do autor. Havia dois grupos: os heréticos, que destruíram a pátria, e os salvadores, que a trariam de volta aos gloriosos dias do passado. Isso corresponde a categorias de pertencimento – quem está dentro e quem está fora –, a uma identidade social¹⁸⁸.

O simbolismo histórico e a relevância da Cruzada estão na sua ligação com um tipo de organização política prévia, o começo do Império, que estabeleceu a

¹⁸³ Discurso de Franco no Conselho Nacional, em 17 de julho de 1945. ARMERO, J.M. **La Política Exterior de Franco**. Barcelona: Editorial Planeta, 1978. p.141.

¹⁸⁴ A guerra contra Napoleão, que havia invadido a Espanha e deposto o rei Fernando VII, contribuindo para a independência de diversos países hispano-americanos.

¹⁸⁵ Citado por CARR, R; FUSI, J.P.A. **Spain: Dictatorship to Democracy**. Londres: George Allen & Unwin, 1979. p.108-110.

¹⁸⁶ CARR, R; FUSI, J.P.A. **Spain: Dictatorship to Democracy**. Londres: George Allen & Unwin, 1979. p.108-110.

¹⁸⁷ PORCEL QUERO, G. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policies. In: KUBÁLKOVÁ, V. (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. Nova York: Armonk & London, 2001. p.151.

¹⁸⁸ PORCEL QUERO, G. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policies. In: KUBÁLKOVÁ, V. (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. Nova York: Armonk & London, 2001. p.151-152.

unificação nacional nos séculos XV e XVI. A ressonância simbólica da América como um enclave imperial está bem nítida na formulação franquista do conceito de hispanidade como uma alternativa à visão anglo-saxônica de capitalismo mundial¹⁸⁹, também ressaltando o sentido da grandiosidade histórica da Espanha¹⁹⁰.

Partindo desses pressupostos, Pereira Castañares e Cervantes Conejo afirmam que, de 1936 a 1975, a política externa da Espanha definiu-se de forma preferencial e contínua em relação ao continente americano. Este trecho do discurso de Franco ilustra tal colocação:

Nosso desejo de interpenetração com os povos hispânicos é parte essencial de nosso programa e de nossa visão em direção ao futuro. Quando a guerra terminar, não temos a intenção de redescobrir a América, mas de nos aproximarmos dela e de estender nossos braços às nações saídas de nossas entranhas, como a filhos a quem se olha de volta de um caminho longo e áspero, com mais amor que antes, com uma compreensão mais viva e aberta de seus motivos, dores e ideais¹⁹¹.

Os fragmentos abaixo também demonstram essa posição:

A Espanha não quer e não pode perder de vista os povos que, do outro lado do Atlântico, compartilham com ela formas de vida e cultura. Esse posicionamento tem sido uma constante em nossa Política Externa. Entendemos que os Estados Europeus têm uma obrigação para com aqueles povos de outros continentes que, com empenho e com seriedade tentam fazer frente ao seu futuro. Sobre essa realidade, a Espanha tem edificado um diálogo constante e eficaz com os povos irmãos e também acordos e convênios de toda sorte. Somos uma Espanha renovada que quer cooperar com países que lutam para elevar-se social e economicamente.

Na perspectiva que se contempla para o futuro, a Hispanidade tem que ser algo sólido e concreto. Uma autêntica comunidade de povos irmanados pelo sangue, pela cultura e pela religião, mas também por realidades econômicas comuns, or uma consciência social comum e por uma presença política no mundo também comum.

(...) O outro grande pilar da Comunidade Hispânica de Nações, uma entidade que não tem base jurídica ou contratual, mas espiritual, e que está integrada pelo conjunto de povos nascidos da obra povoadora e civilizadora da Espanha na Ásia e

¹⁸⁹ PORCEL QUERO, G. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policies. In: KUBÁLKOVÁ, V. (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. Nova York: Armonk & London, 2001. p.169.

¹⁹⁰ PORCEL QUERO, G. Thus Spoke Franco: The Place of History in the Making of Foreign Policies. In: KUBÁLKOVÁ, V. (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. Nova York: Armonk & London, 2001. p.148.

¹⁹¹ Discurso de Franco pronunciado em 19 de abril de 1938, citado por PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.50.

na América, unidas por uma irmandade racial, uma história paralela e uma concepção cristã comum de mundo (...)

A fraternidade hispânica não é só um dos pontos cardeais da Política Externa do último quarto de século, como também uma das mais firmes exigências espirituais e geopolíticas da vida das nações que se estendem pela rota colonizadora espanhola. E toda ação diplomática da Espanha está inicialmente condicionada por sua peculiar condição de ser o único Estado europeu da Comunidade Hispânica de Nações, feito que só encontra um paralelo na Inglaterra em sua relação com a Commonwealth¹⁹².

Seguindo esses objetivos, começaram a ser criados os meios para alcançá-los. Na verdade, esse foi o período em que um governo espanhol utilizou os meios mais abrangentes para se relacionar com a Hispano-América. Houve uma ampla reformulação do Ministério dos Assuntos Exteriores, na qual as questões relacionadas à região tiveram especial importância¹⁹³.

Nas relações exteriores de qualquer Estado, a vertente sociocultural tem sempre uma singular importância, já que, por meio dela, tal Estado pode estender sua influência entre setores concretos da população ou, numa perspectiva geral, na mentalidade coletiva dos povos, criando, assim, uma imagem favorável ou receptiva às influências do “outro”. Assim também foi para a Espanha na América. Desde a criação do Conselho da Hispanidade (1940) e do Instituto de Cultura Hispânica (1945), foi desenvolvido um trabalho cultural intenso, tanto como um meio de unificação de atitudes, de interesses e de objetivos, quanto como um fim em si mesmo, do qual não estava excluído o objetivo de construir a tão desejada Comunidade Hispânica de Nações, na qual a Espanha ocuparia um papel privilegiado.

Além disso, o elevado número de tratados firmados entre a Espanha e a Hispano-América que se referiam aos cidadãos de cada Estado tratavam principalmente do aspecto imigratório, valorizado como meio de ação exterior estatal. Efetivamente, por razões humanitárias e políticas, o governo espanhol sentiu-se obrigado a promover a assinatura desses convênios e tratados devido à enorme corrente migratória que se dirigia ao continente americano e principalmente para Cuba.

¹⁹² PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.51.

¹⁹³ PEREIRA CASTAÑARES, J.C.; CERVANTES CONEJO, A. **Las Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madri: Editorial MAPFRE, 1992. p.52.

A ação exterior espanhola teve uma faceta multilateral, pois as relações entre Espanha e os Estados hispano-americanos foram condicionantes de vários eventos: a “Questão Espanhola”, já mencionada, ocorrida no seio das Nações Unidas; as tentativas da Espanha franquista de competir com os Estados Unidos no continente americano e, finalmente, a progressiva aproximação da Espanha dos projetos de integração e de organizações interamericanas, expressa de forma patente na Organização dos Estados Americanos. O trabalho da Espanha na OEA, desde 1963, foi constante e teve como consequência o aumento dos vínculos de cooperação. Em 1967, foi designado um representante espanhol na qualidade de observador, convertendo-se a Espanha no único Estado não-americano com uma missão permanente em Washington. Na CEPAL, as atividades espanholas foram sendo incrementadas desde 1955, quando os representantes espanhóis foram convidados para participar na qualidade de observadores.

Pereira Castañares e Cervantes Conejo também mostram como algumas constituições espanholas tratam do tema das relações com a América.

1. Constituição Republicana de 1931: Entre todas, apresenta a mais ampla declaração em matéria de política externa e foi considerada um modelo na Europa do entreguerras. Destaca uma política de paz e de acatamento do Direito Internacional, privilegiando a diplomacia aberta e os tratados nas Relações Internacionais. Em relação à América, o artigo 24 faz uma alusão especial à concessão de cidadania espanhola aos naturais dos países hispano-americanos, sem que percam suas cidadanias originais¹⁹⁴;
2. Leis Fundamentais de 1939: O caráter autoritário do governo de Franco não permitia a existência de uma Constituição, substituída pelas sete Leis Fundamentais do Reino, que vieram a público em datas diversas a partir de 1939. As Leis dão ao chefe de Estado amplos poderes em matéria de política externa, que afetarão as relações com a Hispano-América. Nelas, encontramos referências às Américas: “(...) a Espanha é a raiz de uma

¹⁹⁴ Isso foi extremamente importante durante a Revolução Cubana, como foi mencionado anteriormente e será melhor explicado adiante.

grande família de povos, com os quais se sente indissolúvelmente irmanada (...) [A] Espanha é uma unidade com destino universal”¹⁹⁵.

Para Pereira Castañares e Cervantes Conejo, o desejo de manter contínuos contatos com todos os Estados hispano-americanos pode ser visto claramente no caso da Cuba pós-revolucionária. Apesar do antagonismo entre os perfis político-ideológicos dos regimes de tais países, falou mais alto a hispanidade. Nas próximas seções, apontarei como esses laços se manifestam na prática das relações Espanha-Cuba, de 1957 a 1962.

3.4. O Antiamericanismo e a Hispanidade nas Relações Espanha-Cuba (1957-1962)

Ao espanhol em Cuba temos que temer ? Ao espanhol simples que ama a liberdade como nós a amamos e busca conosco uma pátria na justiça ?

José Martí ¹⁹⁶

Apresentarei neste item um panorama das relações entre Espanha e Cuba, no período entre 1957 e 1962. Mais especificamente, trata-se de uma investigação sobre as relações político-diplomáticas entre os dois governos e as relações entre espanhóis e cubanos, principalmente dos espanhóis residentes em Cuba, relatando a presença e o peso dos mesmos nos processos políticos do país.

Manuel De Paz-Sánchez enfatiza alguns aspectos fundamentais dessa relação: a participação política dos indivíduos em Cuba – incluindo os republicanos espanhóis –, mostrando, como já foi dito acima, a amplitude e a profundidade da presença espanhola nos processos sociopolíticos cubanos; as empresas comerciais e os Centros Regionais espanhóis; a forma como as atividades espanholas dentro de Cuba afetaram – e mesmo impactaram – as relações diplomáticas entre Cuba e Espanha¹⁹⁷.

¹⁹⁵ TIERNO, L. **Leyes Políticas Españolas Fundamentales**. Madri: Ed. España, 1968. p. 56-57.

¹⁹⁶ ROY, J. **Cuba y España: percepciones e relaciones**. Madri: Editorial Playor, 1995, p.9.

¹⁹⁷ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra: España y la Revolución Cubana (1960-1962)**. Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. Ver também DE PAZ-SÁNCHEZ, M.

Além do relato da visão espanhola dos acontecimentos revolucionários e de seu impacto internacional – examinados na perspectiva da diplomacia espanhola – , apontarei como De Paz-Sánchez analisa as implicações que teve para a Espanha a segunda fase da Revolução Cubana, que abarcaria o período imediatamente posterior à expulsão do embaixador Lojendio.

3.4.1. O ocaso da colônia espanhola em Cuba

Com o desaparecimento por desapropriação da grande obra dos espanhóis que foram os seus Centros Regionais e Sociedades em Cuba, pode-se dizer que este foi o mais rude golpe sofrido por nós na América depois da perda de Cuba.

Miguel Cordoní¹⁹⁸

Segundo De Paz-Sánchez, a outrora próspera colônia espanhola em Cuba, tão criticada pelos revolucionários por causa de seus êxitos comerciais e de seu suposto “yanquismo”¹⁹⁹, experimentou, a partir da fundação das primeiras associações regionais no último quarto do século XIX, o impacto de três grandes acontecimentos: a guerra de Independência, a traumatizante ruptura em seu seio produzida pela Guerra Civil e o advento da Revolução Cubana. Essa, por suas próprias características, desfechou-lhe o golpe mortal e tendeu a eliminá-la por assimilação. Posteriormente, a busca da identidade perdida e da necessidade de sobreviver, somadas ao paralelo incremento dos investimentos espanhóis em Cuba, fez renascer o tronco comum com a Espanha.

A colônia espanhola em Cuba teve muitas divisões internas devido a posicionamentos político-ideológicos. Porém, seus vínculos com a representação diplomática espanhola jamais decaíram. A verdade é que, de forma paralela à ajuda que a embaixada espanhola em Cuba prestou a numerosos perseguidos pelo

Zona Rebelde: la Diplomacia Española ante la Revolución Cubana (1957-1959). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 1997.

¹⁹⁸ Despacho reservado de Miguel Cordoní, encarregado de Negócios da Embaixada da Espanha em Cuba, em 12 jul. 1961.

¹⁹⁹ Segundo o autor, essa é uma afirmação controvertida, porque os espanhóis de todas as ideologias jamais se sentiram orgulhosos com a perda de Cuba para os Estados Unidos, inclusive em contraposição ao pró-americanismo de muitos cubanos, o qual foi muito mais forte do que possa parecer à primeira vista. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona Rebelde:** la Diplomacia Española ante la Revolución Cubana (1957-1959). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 1997. p.41.

governo de Batista durante os dois anos da ação revolucionária e aos numerosos cidadãos espanhóis, as organizações da colônia espanhola também prestaram um apoio relevante à oposição ao regime, mediante, por exemplo, a acolhida em seus hospitais de rebeldes que haviam sido feridos em embates com as forças do governo. Contaram, para isso, com a colaboração das autoridades diplomáticas espanholas. Essas, muitas vezes, viram-se obrigadas a intervir a favor de cidadãos espanhóis detidos sob acusação de ações revolucionárias, conseguindo retirar de Cuba espanhóis perseguidos e os enviar à Espanha.

A diplomacia espanhola liderada por Lojendio documentou exaustivamente esse contexto de desmoronamento e de degradação moral do regime de Batista, descrevendo a crueldade de um sistema político virtualmente derrotado e as arremetidas cada vez mais eficazes e audaciosas dos rebeldes. Nesse momento, a ajuda de tais associações foi inestimável.

Não obstante, após o triunfo da Revolução, nem os cidadãos espanhóis e suas associações nem a Igreja ficaram livres de perseguição, por motivos similares aos de antes, ou seja, a pressuposta falta de lealdade ao regime²⁰⁰. Novamente, a embaixada da Espanha vê-se obrigada a intervir em defesa de seus compatriotas.

Com efeito, à medida que a revolução se consolidava em direção a um sistema político de caráter comunista, os cidadãos espanhóis foram cada vez mais expostos a todo tipo de vexame, o que preocupava o governo espanhol. Começaram as expropriações por parte do governo revolucionário. Primeiramente, houve a lei de nacionalização/expropriação das terras agrícolas, dentro do contexto da Reforma Agrária, Lei de 17 de junho de 1959. Posteriormente, outras leis foram implementadas no mesmo sentido para as indústrias e para os aluguéis – cujos preços foram reduzidos. Conforme o tempo avançava, tornava-se cada vez mais difícil conseguir alguma indenização pela expropriação sofrida, mesmo com a intervenção da embaixada. Como reportou Jaime Caldevilla em abril de 1960, houve uma sistemática e apressada intervenção administrativa nas empresas privadas, assim como o congelamento de contas bancárias e o confisco de bens. À vista de casos anteriores, parecia pouco

²⁰⁰ O governo entra, então, em uma fase de perseguição religiosa. Castro declarou “guerra aberta ao clero falangista”. A Igreja, porém, não respondia aos ataques de Castro, porque o Vaticano pensava que era preferível conservar as distâncias e não expor a dignidade dos prelados numa disputa inútil. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra: España y la Revolución Cubana** (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.122.

provável que o governo cubano desse qualquer satisfação às reclamações e aos protestos dos espanhóis²⁰¹. Segundo o diplomata, essa revolução era de um tipo completamente diferente daquelas que tinham acontecido em Cuba anteriormente.

A nacionalização massiva do tecido industrial e comercial em Cuba alarmou o Palácio de Santa Cruz. Os informes recebidos do encarregado de negócios Eduardo Groizard davam conta do grande impacto que essas políticas de nacionalização – abrangendo os têxteis, a indústria de alimentação, os moinhos de café e de arroz e os grandes armazéns, por exemplo – tiveram sobre a colônia espanhola, pois esses eram setores especialmente ocupados por esses imigrantes, os quais se viram ainda mais prejudicados e indefesos, porque, em sua imensa maioria, haviam adotado a cidadania cubana – embora, para a representação diplomática, conservassem sua nacionalidade espanhola, de acordo com a lei da dupla nacionalidade que era estendida para toda a América Hispânica²⁰². As poupanças invertidas em imóveis esfumaçaram-se após a draconiana implantação da Lei de Reforma Urbana. Com isso, o problema tornou-se catastrófico para esses comerciantes e proprietários que, segundo o diplomata, “foram os que mais ajudaram à causa nacional durante a luta guerrilheira contra Batista”. Acrescenta que “havia um grande temor entre pequenos comerciantes e industriais que lhes aconteça o mesmo”²⁰³, o que não tardou realmente a acontecer. A representação diplomática facilitou o regresso à Espanha de alguns nacionais arruinados pelas expropriações, ajudada pelos parentes dos próprios na Europa. Inversamente, a ruína desses espanhóis em Cuba também influía negativamente sobre seus familiares na Espanha, que recebiam ajuda desses parentes que se haviam tornado bem sucedidos na América.

Despachos de dezembro de 1962 ressaltavam finalmente a culminação do processo de aniquilação da propriedade privada em Cuba. Um decreto do governo revolucionário de 4 de dezembro ordenava a imediata nacionalização de lojas de todos os gêneros, hotéis, restaurantes, etc. As indenizações não ultrapassavam 10% do valor real das propriedades. O consulado apressou-se em divulgar o fato de que ter se naturalizado cubano não implicava a perda da nacionalidade

²⁰¹ Informe de Caldevilla ao diretor da OID, Havana, 08 abr. 1960 (AGA. Exterior, C-5360).

²⁰² Como já foi explicitado no item anterior deste trabalho.

²⁰³ Telegrama cifrado de Groizard para Castiella, La Habana, 21 out. 1960 (AMAE, R6568-52).

espanhola, mostrando a preocupação das autoridades diplomáticas com o direito de seus conterrâneos, pessoas que haviam trabalhado duramente para a prosperidade de Cuba. O resultado de todas essas reformas econômicas e políticas foi catastrófico, e o país viu-se submetido a um rígido racionamento de produtos essenciais.

Vale notar que, à parte das repercussões dessas medidas, o incidente Lojendio gerou momentos de grande tensão dentro da própria colônia espanhola, onde se manifestaram as mais diversas reações, desde as maiores simpatias por Fidel, a indiferença e os mais calorosos protestos contra o governo revolucionário. Isso se deu tanto em nível dos indivíduos como das associações. Na verdade, essas associações refletiam a multiplicidade de pensamento na colônia espanhola. Muitas não hesitaram em aderir ao governo revolucionário, enviando mensagens às autoridades cubanas e fazendo votos para que se mantivessem as mesmas boas relações tradicionais entre Cuba e Espanha. Outras fizeram manifestações contra o regime de Franco e hastearam a bandeira da República. As restantes mantiveram-se discretamente, sempre em contato com o Consulado.

Cabe aqui a pergunta: quais eram essas associações e que funções exerciam? O Comitê das Sociedades Espanholas com Sanatório, o Centro Asturiano, o Centro Galego, a Associação Filhas da Galícia, a Associação de Dependentes, a Associação Canária e o Centro Castelhana eram apenas algumas delas. Fruto do esforço de milhares de imigrantes ao longo de décadas, eram consideradas por muitos, segundo Cordomí²⁰⁴, “a maior obra da Espanha na América. Criadas por homens muito humildes, trabalhadores de todas as classes, mantiveram-se, prosperaram e alcançaram seus objetivos com suas funções mutualistas, sendo um orgulho da colônia, suplantando com seu desenvolvimento a obras similares de colônias espanholas em outros países da América”²⁰⁵. Ainda, segundo o diplomata, mantiveram-se com o mesmo vigor desde sua criação, ainda no século XIX, resistindo a todos os embates políticos e sociais que aconteceram em Cuba, incluindo o episódio da independência. Posicionando-se mais ou menos à margem tanto da política espanhola quanto da cubana, continuaram crescendo, sempre dentro de um mercado espanholismo. Mais de meio milhão de sócios desfrutaram de seus benefícios e serviços de assistência à saúde pública, de instrução e

²⁰⁴ Miguel Cordomí, Chanceler da Embaixada da Espanha em Cuba.

²⁰⁵ Despacho reservado de Cordomí, em 12 jul. 1961.

recreação. Para uma população de seis milhões de habitantes, essa enorme proporção de beneficiários representava uma transferência de responsabilidade e de gastos do governo cubano para os particulares²⁰⁶.

Tomando como exemplo os cálculos de apenas cinco anos, vemos que 72% da assistência médica às classes humildes e média estavam cobertos por esse sistema e, dentro do quadro dos grandes serviços médicos privados, os centros regionais ampararam as necessidades das classes pobres em proporção elevadíssima. Na verdade, sem essa ajuda que a comunidade espanhola ofereceu às classes populares cubanas, a saúde pública do país teria enfrentado problemas de extrema gravidade, devido à sua deficiência de infra-estrutura hospitalar e sanitária. As escolas deram educação tanto aos espanhóis quanto a seus filhos e netos, assim como preparação técnica profissionalizante, notadamente comercial. Foram atendidos descendentes de espanhóis que, sem nunca terem estado na Espanha, sentiam-se vinculados a ela por meio dessa obra de seus ascendentes. Nada se fez sem grandes sacrifícios e abnegação.

O governo revolucionário foi gradualmente tomando medidas que levaram ao desaparecimento dessa obra. A Lei da Reforma Urbana foi um golpe de morte, pois a maioria dos recursos dessas sociedades provinha não das módicas cotas mensais dos sócios, mas das rendas de suas propriedades. A culminação desse processo foi a tentativa de unificar a colônia espanhola sob o controle do governo, deixando de ser um conjunto independente²⁰⁷. Deu-se a intervenção estatal nas sociedades. O governo afirmava que as opções comunistas buscavam novos caminhos. Todas as propriedades passaram às mãos do governo, que alegava ser de sua obrigação prover saúde e educação ao povo.

Um grande contingente de espanhóis migrou para os Estados Unidos, notadamente para Miami, ou retornou à Espanha, entre eles muitos médicos que trabalhavam nos hospitais dessas associações. Esse trabalho foi feito por meio da embaixada espanhola em Havana – pois, nessa época, os Estados Unidos já estavam com suas relações rompidas com Cuba –, e também pelo cônsul espanhol na Flórida, que expressou ao governo norte-americano o interesse do governo

²⁰⁶ Despacho reservado de Cordoní, em 12 jul. 1961.

²⁰⁷ Foi oferecida a nacionalidade cubana a todos os espanhóis. Aqueles que optassem por não se naturalizar passavam a ser “pessoas de segunda classe”, pois sofriam uma série de restrições legais, de acordo com a Lei 698, de 26 jan. 1960.

espanhol, por razões humanitárias, em prestar socorro também aos refugiados chegados de Cuba, mas de nacionalidade espanhola. Assim, os espanhóis foram auxiliados em igualdade de condições aos cubanos. Estimou-se que de 25 a 30 mil pessoas haviam deixado Cuba. Foi uma diáspora que converteu um dos países de maior demanda de imigrantes de toda a América Latina em exportador de um enorme contingente demográfico, por causas econômicas e políticas²⁰⁸.

3.4.2. Os republicanos em Cuba

Os republicanos espanhóis no exílio somavam aproximadamente 300 mil pessoas. Esse grupo foi um fantasma que assombrou o regime de Franco, no sentido de que procurava o reconhecimento internacional e pleiteava ajuda para derrubar o regime espanhol, o qual também carecia de pleno reconhecimento externo.

Assim, a diplomacia espanhola sempre se mostrou interessada na participação, mais ou menos encoberta, de republicanos espanhóis na insurreição contra Batista. A Segunda República e a subsequente Guerra Civil tiveram enorme impacto em Cuba, tanto pela envergadura da colônia imigrada, quanto pela solidariedade internacionalista de alguns cubanos, pois, mesmo após o fim da contenda, as campanhas dos exilados mantiveram-se na região. Logicamente, a vitória da revolução foi vista com grandes entusiasmo e esperança por todos os setores do republicanismo espanhol, que viram então uma oportunidade de ter sua causa reconhecida²⁰⁹.

Lojendio estava alerta, sempre no sentido de evitar uma guinada pró-republicana pelo governo revolucionário, pois sabia que os exilados aproveitariam

²⁰⁸ Em contrapartida, os cubanos que haviam se exilado na Espanha perseguidos pela ditadura de Batista começam a retornar a Cuba em grandes levas. Não sem antes organizar uma enorme manifestação no centro de Madri, na qual, entre vivas à Revolução, agradecia-se ao governo de Franco a acolhida durante aqueles anos e se ressaltava que o governo espanhol não só os recebeu como também lhes proporcionou educação gratuita, entre outras benesses. Vide Documento 4. DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Zona de Guerra**: España y la Revolución Cubana (1960-1962). Santa Cruz de Tenerife: Taller de Historia, 2001. p.66.

²⁰⁹ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Revolución y contrarrevolución en el Caribe**: España, Trujillo y Fidel Castro en 1959. Madri: Revista de Indias, 1999, p.467. Vide Documento 5.

qualquer oportunidade que surgisse. Assim, em janeiro de 1959, sua preocupação centrou-se na visita que Gordón Ordás²¹⁰ fez a Cuba para entrevistar-se com o presidente Urrutía²¹¹ – com quem mantinha grande amizade – e com outros membros do governo e da revolução, com o propósito de pleitear o rompimento das relações com o regime de Franco e o simultâneo reconhecimento do governo espanhol no exílio²¹².

As gestões do embaixador espanhol junto ao Ministro do Exterior de Cuba Agromonte impediram que as pretensões republicanas fossem adiante. O jornal *España Libre*, periódico republicano de Nova York, destacou o desalento que reinava entre os “defensores da democracia”, por causa do imediato reconhecimento diplomático da revolução pelo regime de Franco. Recordava, inclusive, as promessas de Urrutía de “ajudar os irmãos da Espanha que vivem há vinte anos debaixo da tirania franquista”, caso a revolução triunfasse. Por isso, estavam surpresos em observar que o novo presidente de Cuba criticava os ditadores da América, mas nem tocava no nome de Franco. E também não compreendiam a atitude do Ministro do Exterior em reconhecer o governo espanhol²¹³.

Mais ainda, a visita de Ordás teve escassa repercussão nos meios de comunicação cubanos. Lojendio continua seu despacho afirmando: “Creio que a atual situação não dá chance de manobra para os vermelhos espanhóis, cujo tema carece totalmente de atualidade e, por outro lado, pesa a evidente popularidade adquirida pela embaixada espanhola por sua atuação durante o período revolucionário”²¹⁴. Pouco depois, o antigo exilado cubano na Espanha e agora cônsul de Cuba em Madri, Manuel Payán, fez declarações francamente favoráveis à mãe-pátria, o que contribuiu para cimentar ainda mais a boa situação da representação diplomática espanhola em Cuba e as relações entre os dois regimes políticos.

Assim, um conjunto de circunstâncias internacionais, como, por exemplo, a recusa da Venezuela em apoiar a linha dura de Castro em suas relações com os Estados Unidos, o pragmatismo da ação direta do governo de Cuba e, desde o

²¹⁰ Presidente do governo da república no exílio.

²¹¹ Presidente de Cuba.

²¹² Vide Documentos 8 e 9.

²¹³ Despacho n 34, reservado, de Lojendio de 31 jan. 1959. (AGA.Exterior, C-5359).

²¹⁴ Despacho n 34, reservado, de Lojendio de 31 jan. 1959. (AGA.Exterior, C-5359).

início, a atuação diplomática espanhola, com todos os seus matizes, constituíram-se nos elementos que contribuíram para explicar o êxito da política externa espanhola para Cuba. Setores especialmente reacionários do governo de Franco consideraram um tanto singular o posicionamento da representação espanhola em Havana; por isso, Lojendio explicou a Castiella que haviam sido sobretudo os elementos católicos espanhóis em Cuba que coadjuvaram a embaixada na sua ação de asilar as pessoas perseguidas por Batista. Isso havia contribuído para que o regime espanhol não fosse posteriormente comparado àquele terror policial que imperava em Cuba.

O Conselheiro de Imprensa da embaixada espanhola, Jaime Caldevilla, ainda afirmou publicamente que o governo de Batista havia prestado ajuda a Gordón Ordás, o que foi amplamente divulgado pela mídia cubana – e também pela mexicana –, causando grande impacto entre os próprios republicanos que ignoravam o fato²¹⁵. Mais ainda, houve uma divisão entre os exilados, pois alguns não têm assento nos organismos oficiais e se posicionaram a partir daí como inimigos de Ordás. O Comitê de Libertação Espanhola reagiu com rapidez, repudiando a atitude de Ordás, mas o mal já estava feito e não houve muita divulgação, nem repercussão nos meios oficiais.

Em abril, Castiella ficou alarmado porque o embaixador cubano no México compareceu à recepção comemorativa do aniversário da República espanhola, mas, em maio, a notícia da nomeação de Miró Cardona, ex-primeiro ministro do governo revolucionário, para embaixador de Cuba na Espanha, cerceou as atividades dos republicanos. A partir daí, as intrigas dos republicanos exilados não puderam mais causar dano à imagem do regime de Franco ao ponto de conseguir um rompimento de Cuba com a Espanha.

A Revolução começa então a tomar um caminho que assusta os Estados Unidos. Ações contra-revolucionárias agitam Cuba, sendo que muitas delas, segundo Lojendio, vinham das próprias hostes da revolução, dos elementos descontentes com a mudança de rumo do governo. Houve muitas deserções, como já apontamos acima.

Ameaças externas também acontecem, como quando Trujillo, ditador da República Dominicana – onde Batista estava exilado – ameaçou invadir Cuba.

²¹⁵ *Diário de la Marina*, 23 fev. 1959 (AGA.Exterior, C-5360).

Corria o boato de que a Espanha estaria fornecendo soldados para ajudá-lo²¹⁶. Isso preocupou a representação da Espanha em Cuba, pois constituiria um motivo de propaganda para os exilados espanhóis. A embaixada apressou-se a desmentir o fato²¹⁷.

Castro havia sido entrevistado por jornalistas espanhóis e só teve palavras amáveis em relação à Espanha e à sua embaixada em Cuba, eximindo-se, porém, de falar em política. Nessa época, toda a atividade jornalística dos exilados foi proibida em Cuba, e a revista *Bohemia*, informando sobre o rompimento de relações com a República Dominicana, não fez qualquer alusão a Franco. Logo após, foi anunciado um novo acordo comercial entre Cuba e Espanha.

Houve uma crise no governo cubano, sendo o presidente Urrutía substituído por Osvaldo Dorticós. Foram realmente descobertos os planos de conspiração contra o governo e de invasão do país, por trás dos quais estava a ajuda norte-americana. Lojendio compara a operação à que teve lugar na Guatemala para a derrubada do governo de Jacobo Arbenz. A conspiração incluía uma insurreição interna ligada a uma invasão do exterior. A consequência foi o fortalecimento do regime revolucionário.

Um dos prisioneiros era um espanhol que fizera parte da Legião Estrangeira, o qual, entrevistado na televisão, contestou todas as acusações contra o governo espanhol, que, segundo ele, não tinha qualquer vinculação com o caso. Os espanhóis envolvidos eram particulares, mercenários que vinham lutar com um contrato de trabalho.

Alguns exilados dominicanos realizaram uma manifestação em frente à embaixada espanhola, onde se dizia que “Franco ajudava o Chacal do Caribe”. O governo cubano enviou a polícia para dispersar a manifestação, por saber que as acusações eram falsas; garantiu que atos semelhantes não se repetiriam e lamentava o sucedido, afirmando que Cuba mantinha as mais estreitas relações com a Espanha.

Essa manifestação também resultou em mais um fracasso para os republicanos, que, desde 1 de janeiro de 1959, não perdiam uma oportunidade de

²¹⁶ Isto se deveu à visita de Trujillo a Franco, aos projetos econômicos entre a República Dominicana e a Espanha e ao bom entendimento dos dois governos nos foros internacionais.

²¹⁷ DE PAZ-SÁNCHEZ, M. **Revolución y contrarrevolución en el Caribe**: España, Trujillo y Fidel Castro en 1959. Madrid: Revista de Indias, 1999. p.12.

chamar a atenção e de conseguir publicidade em Cuba. A partir daí, os exilados optam por ações mais violentas.

Nesse contexto, o incidente com Lojendio caiu como uma luva entre os republicanos. Seu porta-voz predisse que a expulsão do embaixador levaria o governo cubano a reconhecer prontamente o governo republicano no exílio. Em Cuba, nesse mesmo mês, foi publicado um manifesto de intelectuais em solidariedade aos republicanos. Muitos dos signatários não tardariam a tomar o rumo do exílio.

Porém, como já foi comentado anteriormente, a imprensa cubana em geral se absteve de atacar a Espanha, o que era obra de ordens superiores. Isso se deveu ao interesse cubano em não conturbar ainda mais suas relações com a Espanha, cujo chefe de Estado tratou de dissipar a tormenta e evitar a ruptura. E a crise criada por Lojendio foi superada. A atitude de Lojendio foi completamente desmedida do ponto de vista diplomático; porém, talvez, não de todo desastrosa, já que, posteriormente, trancou definitivamente qualquer opção que pudesse beneficiar aos exilados republicanos.

Na verdade, os exilados espanhóis não ficaram de braços cruzados em qualquer momento, pois, para eles, era difícil entender por que o regime progressista de Havana não os reconhecia em favor de Franco e, por isso, viram com entusiasmo a crise com Lojendio, que parecia ser a oportunidade de alcançar o tão almejado reconhecimento. Mais uma vez, estavam enganados. O governo revolucionário tinha outras preocupações mais importantes. O governo, no seu resumo de imprensa de 6 de fevereiro de 1960, baixava a ordem de não atacar o regime de Franco e também proibia que se publicassem tanto artigos, editoriais ou comentários escritos por exilados espanhóis, como notícias de suas atividades. Não se tratava, simplesmente, de uma resposta de boa vontade à atitude da Espanha, já vista acima. O governo de Cuba começava a ser mais realista e, naquele momento, era mais benéfico manter seus vínculos com a Mãe Pátria por diversas razões do que com um grupo de exilados mais ou menos homogêneo que poucos benefícios poderia trazer a Cuba.

A solução pareceu bastante prática, do ponto de vista diplomático: manter os intercâmbios com indiscutível rentabilidade para ambos os países. Precisamente no momento em que a Espanha recebia o aval da principal potência do “mundo livre”, Cuba anunciava que adotaria a estrutura econômica socialista e abrigava

em Havana a Exposição Soviética, com a paralela visita de Mikoyán, abrindo uma intensa corrente de intercâmbios com a outra potencia mundial, a União Soviética.

Na Espanha, o governo ocupava-se dos atos terroristas ocorridos em Madri, as primeiras manifestações do ETA²¹⁸. A polícia espanhola descobriu e desativou vários complôs. Muitos dos implicados eram cidadãos cubanos, mas o governo nada fez contra eles fisicamente; apenas os expulsou do país.

Chama a atenção a moderação com que a imprensa revolucionária tratou os acontecimentos na Espanha, inclusive não apresentando a execução de um terrorista como uma repressão brutal do franquismo. Isso foi interpretado pela diplomacia como uma maneira de evitar que o governo cubano pudesse ser acusado de implicação com os atos terroristas. Meses depois, a embaixada da Espanha solicitou ao Ministério do Exterior cubano que fossem retirados os cartazes afixados em diversos pontos da capital, cujo texto pedia “contribuições para a causa republicana contra a tirania franquista”.

Em 1961, a confirmação do caráter comunista da revolução causou uma cisão entre os republicanos, pois muitos acreditavam na democracia e em liberdades próprias de um Estado progressista, mas que, ao mesmo tempo, fosse plural e que respeitasse a divisão de poderes. Cresceu também o temor no Ocidente em relação a uma revolução que, apesar de sua breve história, já havia dado provas cabais de ser incontrolável.

Em suma, segundo os autores abordados neste capítulo, podemos observar que os laços de cultura, raça, religião e outros que se manifestaram nas relações Espanha/Cuba revelam o peso das identidades na manutenção dessas relações.

²¹⁸ Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade), grupo terrorista líder do movimento separatista basco. Foi formado em 1959 por elementos radicais do Partido Nacionalista Basco.